

## Carta Aberta da Fiocruz: contribuição para a COP 30, em Belém (Pará)

### I. Contexto global: alerta ao mundo sobre o clima e a saúde

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição pública centenária do Estado brasileiro e referência internacional em saúde, dirige-se à 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) para lançar um alerta: **a crise climática é, antes de tudo, uma crise de saúde!**

As mudanças climáticas já impõem ao sistema de saúde múltiplos riscos: ampliam doenças transmissíveis e crônicas, comprometem o acesso e a qualidade da água, dos alimentos e do ar, fragilizam territórios e intensificam sofrimentos psicossociais. Esses efeitos se acumulam e pressionam os serviços de saúde com demandas simultâneas, interrupções e sobrecarga, evidenciando que não se trata apenas de um desafio ambiental, mas de uma ameaça direta à saúde coletiva e à sustentabilidade socioambiental.

Enfrentar esse quadro exige ação imediata. O custo da inação é inaceitável: agravará desigualdades, privará gerações presentes e futuras dos direitos fundamentais e comprometerá o futuro da humanidade.

Esse não é um debate novo. Há décadas, pesquisadores, instituições e movimentos sociais demonstram que as condições ambientais determinam a saúde coletiva e que a degradação dos ecossistemas compromete diretamente a vida humana e a base ecológica e social que sustenta os territórios. Esse percurso histórico nos traz ao presente, quando o planeta atravessa um momento decisivo diante da profunda crise ecológica e climática, em que as decisões tomadas hoje moldarão a saúde das populações, os rumos da economia, a vitalidade da democracia e as condições de sustentabilidade da vida. Os efeitos já sentidos no cotidiano das populações, somados à vasta produção científica nacional e internacional, evidenciam que estamos diante de uma emergência climática e ecológica sem precedentes, considerada o maior desafio da humanidade!

Diante disso, é necessário lidar simultaneamente com riscos imediatos e com efeitos cumulativos e persistentes produzidos pela crise ecológica e climática. Ao intensificar vulnerabilizações e aprofundar desigualdades históricas, a situação torna inadiável a construção de respostas que promovam justiça climática e assegurem a saúde como direito universal. A intensificação de eventos extremos, como secas prolongadas e enchentes severas, afeta diretamente a produção, o abastecimento e a distribuição de alimentos e compromete a disponibilidade de água, agravando a insegurança alimentar, nutricional e hídrica em diversas regiões do país. Esse cenário evidencia

desigualdades estruturais no acesso a condições adequadas de vida, atingindo com maior intensidade populações vulnerabilizadas e periféricas, o que reforça a urgência de políticas integradas, orientadas pela equidade e pela proteção da vida, capazes de enfrentar de forma consistente as múltiplas dimensões dessa emergência civilizatória.

## II. A Contribuição da Fiocruz

A Fiocruz é a maior instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina e uma das mais respeitadas do mundo, com 125 anos de história, 16 unidades técnico-científicas distribuídas pelo país, mais de 400 grupos de pesquisa ativos, dezenas de observatórios e centros de referência, laboratórios e ambulatórios, além de plataformas de vigilância e produção de insumos que abastecem, dentre outros, o Sistema Único de Saúde brasileiro – o SUS. Essa estrutura não é apenas um acervo de conhecimento, mas um patrimônio vivo do Estado brasileiro, que integra programas institucionais, câmaras técnicas, departamentos especializados e centros de estudo voltados para responder aos grandes desafios sanitários, sociais e ambientais do nosso tempo. A Fiocruz demonstra que possui escala, legitimidade e compromisso histórico para articular ciência, saúde e justiça socioambiental. É essa grandeza institucional que a habilita a ser protagonista no enfrentamento da crise ecológica e climática, traduzindo evidências em ação e assegurando que o direito à saúde seja o fio condutor de um futuro mais justo e sustentável.

Desde sua fundação, a instituição incorporou a interface entre saúde e ambiente como eixo de sua trajetória, produzindo evidências sobre as interações entre condições socioeconômicas, ecológicas e sanitárias. Na década de 1980, a criação do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) deu novo impulso à agenda, ao integrar de forma inédita a saúde do trabalhador e ecologia humana. Poucos anos depois, a participação ativa na Rio-92 marcou inserção internacional como voz de referência na articulação da agenda saúde e sustentabilidade.

Nos anos seguintes, a Fiocruz aprofundou e institucionalizou a agenda de saúde e ambiente, criando instâncias que estruturaram de forma permanente sua atuação: o Grupo de Discussão sobre Saúde e Ambiente, em 1999, o Observatório de Clima e Saúde e a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), em 2009, onde está o Programa Institucional de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade (FioProsas).

O reconhecimento internacional resultou, em 2010, na designação da Fiocruz como Centro Colaborador em Saúde e Ambiente da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), posição renovada ao longo dos anos e voltada ao intercâmbio de experiências em diagnóstico, intervenção, formação e desenvolvimento de competências.

A presença institucional também se estendeu a processos multilaterais estratégicos, como a Rio+20 (2012), contribuindo para os debates que culminaram na Agenda 2030. Entre 2016 e 2020, ocupou assento no Grupo dos 10 do Mecanismo de Facilitação Tecnológica da ONU, reforçando sua autoridade técnica e política. A instituição segue ativa em espaços nacionais e internacionais como a Assembleia Mundial da Saúde, a Cúpula do Futuro, o Fórum dos Países da América Latina e Caribe

sobre Desenvolvimento Sustentável (organizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal), o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC/ONU), as COPs da Convenção do Clima e o G20 Social, dentre outros.

Desde 2012 a Fiocruz contribui de forma sistemática para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde, atualmente denominado AdaptaSUS. Em 2023, foi instituído o Cidacs-Clima, plataforma do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), que fortalece a capacidade institucional de integrar informações climáticas, ambientais e de saúde em larga escala, produzindo evidências estratégicas para orientar políticas públicas e ampliar a inserção do Brasil na agenda internacional de clima e saúde.

No ano de 2024, a Fiocruz aprovou a criação do Centro de Clima e Saúde em Rondônia, iniciativa alinhada à Estratégia Fiocruz para Clima e Saúde (ECS/Fiocruz), que consolida a atuação da instituição nas conexões entre clima e saúde e reforça sua inserção nacional e internacional em redes de pesquisa e ação sobre o tema; instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para a proposição e o acompanhamento da agenda de Mudança do Clima e sua interface na saúde, na Fiocruz; e em 2025, a Fiocruz avançou com a instituição formal do Centro de Síntese em Saúde sobre Mudança do Clima, Biodiversidade e Poluição, que tem a perspectiva de ampliar sua capacidade de oferecer recomendações estratégicas fundamentadas na síntese do conhecimento produzido, ação esta que já vinha sendo organizada desde 2015.

Esses destaques fazem parte de um conjunto de ações institucionais que consolidaram um espaço estratégico de produção de conhecimentos, formulação de políticas e articulação e cooperação intersetorial relacionado à equidade, à justiça socioambiental e à defesa da vida.

Esse percurso afirma a Fiocruz como referência estratégica de Estado, guardião da memória e da inovação em saúde, promotora da democracia e articuladora de respostas frente aos grandes desafios civilizatórios.

### **III. Recomendações da Fiocruz à COP 30**

Diante da urgência da crise ecológica e climática e de seus impactos diretos e indiretos sobre a saúde, a Fiocruz apresenta um conjunto de recomendações direcionadas à COP 30. Essas propostas destacam a centralidade da vida e dos territórios como referência para as decisões globais e locais, ressaltando que a proteção da saúde humana e ambiental deve orientar compromissos, políticas e investimentos. Trata-se de diretrizes que buscam influenciar a agenda internacional e nacional, fortalecendo a justiça social e ambiental, a solidariedade entre os povos e a construção de respostas coletivas à altura dos desafios do nosso tempo.

1. Dar centralidade à saúde e suas determinações socioambientais nas políticas climáticas

É imperativo que a saúde seja tratada como eixo orientador da ação climática global, não apenas como setor impactado. A inclusão explícita da saúde nas metas e compromissos internacionais permitirá alinhar mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável à proteção da saúde e da qualidade de vida da população, garantindo que os acordos climáticos também sejam acordos sanitários.

## 2. Fortalecer a resiliência dos Sistemas de Saúde

O aumento da intensidade, recorrência e duração dos eventos climáticos extremos exige que os sistemas de saúde ampliem sua capacidade de resposta e adaptação, assegurando a proteção da saúde e a continuidade do cuidado. Sistemas universais, públicos e com presença territorial são estratégicos para a proteção da vida e para a implementação de medidas adaptativas.

Os sistemas de saúde devem ser preparados para responder a riscos crescentes impostos pela mudança do clima. Requer-se ampliar sua capacidade adaptativa, com redes de vigilância e atenção a problemas de saúde sensíveis ao clima, infraestrutura resiliente e formação de profissionais aptos a atuar em contextos de emergência climática, principalmente para grupos de maior vulnerabilidade, como idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiências, povos originários, comunidades tradicionais e comunidades periféricas urbanas.

## 3. Construir e manter sistemas de monitoramento e alerta regionais

As mudanças climáticas vêm produzindo crises sanitárias com diferentes configurações em diversas partes do mundo, como o agravamento de doenças crônicas, a expansão de áreas de transmissão de doenças transmitidas por vetores, insegurança hídrica, alimentar e nutricional, sofrimento psíquico, entre outros problemas de saúde. Para atuar de forma eficaz sobre os determinantes dessas crises, é necessário identificar os territórios e grupos sociais mais afetados, bem como as tendências de agravamento desses problemas de saúde diante das mudanças climáticas. O acesso a dados de clima, ambiente, sociedade e saúde deve ser garantido para que possibilite um monitoramento adequado e favoreça a participação cidadã nos debates sobre a crise climática e seus efeitos sobre a saúde.

## 4. Consolidar a governança global em saúde e clima

É indispensável construir uma governança internacional que reconheça a saúde como eixo estratégico da ação climática, articulando compromissos vinculantes, mecanismos de financiamento previsíveis e a circulação justa de tecnologias. Tal governança deve assegurar que decisões globais incorporem a diversidade de contextos nacionais, fortalecendo a solidariedade entre os povos e garantindo que os custos da crise não recaiam desproporcionalmente sobre países e populações em maior situação de vulnerabilidade.

## 5. Promover a justiça climática e socioambiental

A justiça climática deve ser tratada como princípio ordenador das políticas públicas. Os estudos científicos indicam a necessidade de superar o sistema energético baseado em combustíveis fósseis e o modelo agroalimentar corporativo global, reconhecendo-os como fatores estruturais da crise climática e de suas desigualdades. Isso implica reconhecer e enfrentar o racismo ambiental e o racismo alimentar, que evidenciam como fatores históricos, políticos e econômicos determinam tanto a distribuição desigual dos danos socioambientais quanto o acesso precário a alimentos saudáveis, frescos e culturalmente apropriados. Essas formas de discriminação aprofundam vulnerabilidades, atravessam o campo da nutrição e da soberania alimentar e perpetuam injustiças socioambientais e climáticas. Proteger populações em situação de maior vulnerabilidade, assegurar reparação de danos e valorizar os territórios como espaços de produção da vida, cultura e proteção dos ecossistemas e da biodiversidade é parte essencial desse compromisso.

#### 6. Adotar a agroecologia como caminho prioritário para garantir saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional

A agroecologia deve ser assumida como eixo estratégico de enfrentamento da crise climática, pois integra cuidado com a saúde, preservação ambiental, valorização da biodiversidade, saberes tradicionais, soberania alimentar, gestão sustentável dos bens comuns e enfrentamento das desigualdades. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis requer superar sistemas agroalimentares como o agronegócio, que concentram terras, degradam ecossistemas e ampliam desigualdades estruturais no acesso a alimentos, reforçando dimensões de racismo alimentar. Ao priorizar monoculturas para exportação, o agronegócio intensifica o desmatamento, as queimadas, a emissão de gases de efeito estufa e o uso desigual da água potável, além de ampliar conflitos fundiários e comprometer a reprodução social agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Tais práticas são incompatíveis com a produção de saúde nos territórios e com a justiça ambiental e climática.

É fundamental valorizar a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais, garantindo sua permanência em seus territórios e apoiando circuitos locais de produção e consumo, sistemas agrofloretais, tecnologias sociais e mercados solidários que preservem a biodiversidade e fortaleçam a economia regional. Inserir a agroecologia no centro da agenda climática global amplia benefícios coletivos, fortalece a participação social, regenera ecossistemas, assegura alimentos saudáveis e projeta alternativas sustentáveis para o futuro da alimentação como promoção de saúde.

#### 7. Ampliar a participação social e o diálogo de saberes

O enfrentamento da crise climática exige a participação ativa da sociedade em toda a sua diversidade. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, moradores de favelas, trabalhadores e populações vulnerabilizadas devem ser reconhecidos como sujeitos políticos e guardiões de conhecimentos fundamentais para a proteção da vida e da biodiversidade. Integrar esses saberes ao processo decisório fortalece a democracia, amplia a legitimidade das políticas

públicas e possibilita a formulação de respostas contextualizadas, equitativas e sustentáveis. As populações vulnerabilizadas, diante das transformações em seus modos de vida, devem ser reconhecidas como parte ativa na construção de soluções socioambientais.

8. Ampliar a cooperação nacional e internacional para o fortalecimento de redes de pesquisa e inovação para o clima, a biodiversidade, a poluição e seus impactos na saúde

O enfrentamento da emergência climática requer a consolidação de redes de pesquisa robustas, ancoradas na cooperação solidária e no protagonismo do Sul Global. É estratégico ampliar a produção científica de excelência, promover a inovação em saúde e ambiente e difundir tecnologias sociais que respondam às realidades territoriais. Para ser transformador, o conhecimento precisa ser construído em diálogo com a sociedade, com os territórios e com os formuladores de políticas públicas, fortalecendo a soberania científica e a capacidade de resposta das nações mais vulneráveis.

9. Transformar a comunicação e a popularização da ciência em instrumentos de mobilização

A comunicação deve ser concebida como ferramenta estratégica de engajamento social e de defesa da vida. Em tempos de desinformação e descrédito da ciência, é imprescindível construir narrativas acessíveis e plurais, que deem visibilidade às lutas territoriais e ampliem a consciência coletiva sobre os riscos climáticos. Tornar a comunicação um motor de mobilização significa transformar informação em ação política, estimulando respostas coletivas que unam ciência, sociedade e território no enfrentamento da crise climática. A ciência, articulada à comunicação, tem papel fundamental para a incidência política em defesa da vida e da sociobiodiversidade."

10. Garantir financiamento climático para a saúde

Sem recursos financeiros consistentes, não é possível materializar os compromissos assumidos. É estratégico demandar a criação de mecanismos específicos de financiamento climático para a saúde, com foco na adaptação, no fortalecimento do SUS e na proteção de populações em maior situação de vulnerabilidade. Esse ponto conecta diretamente a agenda climática global ao investimento em justiça social e equidade.

11. Valorizar os biomas como patrimônio da saúde e da vida

A proteção e regeneração ecológica da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, da Mata Atlântica, do Pampa e da Caatinga devem ser tratadas como ações de saúde pública. Incorporar a defesa e restauração dos biomas como eixo estratégico reconhece que ecossistemas íntegros são indispensáveis para regular o clima, assegurar água, alimentos, ar limpo, prevenir doenças e agravos e a preservação da biodiversidade.

A saúde e a regeneração desses biomas são inseparáveis da defesa da vida dos povos originários e tradicionais que são seus guardiões históricos. Suas práticas de manejo, conhecimentos ancestrais e permanência nos territórios sustentam o equilíbrio ecológico e asseguram a reprodução cultural,



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



social e econômica das comunidades. Valorizar e proteger esses povos é, portanto, condição essencial para a manutenção da vida e para a construção de respostas à crise climática que estejam alinhadas com a justiça socioambiental e a proteção da biodiversidade.

Essa perspectiva reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional, evidenciando que a defesa dos biomas e dos povos que os habitam é, ao mesmo tempo, defesa da saúde coletiva e do futuro do planeta.

*A elaboração desta carta resulta de um processo coletivo, participativo e institucionalizado no âmbito da Fiocruz, refletindo o compromisso da instituição com a construção democrática de agendas estratégicas, com destaque aos debates nas duas reuniões da Câmara Técnica de Saúde e Ambiente realizadas em 2025, no V Seminário de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, e no Grupo de Trabalho de Clima e Saúde.*

Conselho Deliberativo da Fiocruz.

*Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2025.*